
085ª SESSÃO ORDINÁRIA 14SET2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, cidadãos e cidadãs que estão aqui acompanhando nossa Sessão. Estamos com número reduzido de Vereadores porque está acontecendo a formação de uma Comissão Especial para discutir os projetos mandados para esta Casa pelo Prefeito Municipal, Marchezan. Eu queria abordar dois temas que creio serem de extrema importância, já me dirigindo ao Ricardo Gomes, sei que Vossa Excelência, neste momento, fala pelo Governo também. Há pouco tempo tivemos aqui o comparecimento da FASC em função das fortes chuvas que aconteceram há uns três ou quatro meses na região leste de Porto Alegre onde inclusive uma senhora, chamada Carine, perdeu sua vida em função das fortes chuvas que aconteceram na ocasião. Esta região é denominada Rua da Represa, ao lado da Vila Vargas, próximo ao Morro da Cruz. Naquela ocasião, 30 dias depois, fizemos uma atividade, junto com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, fomos lá visitar junto com vários Secretários do Governo, quando foi acordado que várias obras deveriam ser feitas, além de poder fornecer, colaborar, através de políticas públicas, através do auxílio-moradia para as famílias que foram atingidas, quando as suas casas praticamente desabaram e foram perdidas. Esse aluguel social, até então, não aconteceu. Então, queria falar aqui, nobre Ver. Moisés e Ver. Gomes, sobre o problema das fortes chuvas ocasionadas há poucos meses aqui, na Região Leste, onde algumas famílias ainda estão aguardando uma posição do Governo. Queria instigar aqui, provocando os colegas Vereadores da base do Governo, para que a gente possa fazer uma nova visita, até porque, a cada caminhada que fazemos lá na região, a população cobra de nós o retorno do Governo Municipal. E esse retorno do Governo Municipal, de fato, tem que existir, principalmente quando acontecem essas chamadas catástrofes da Cidade, que

prejudicam uma série de famílias que, até então, estão aguardando a política municipal, seja de assistência ou de saúde.

Na FASC, Ver. Ricardo Gomes, os funcionários que são de empresas terceirizadas não receberam o salário de agosto, e esses trabalhadores são os entrevistadores, por exemplo, que atuam dentro da FASC, onde os serviços são terceirizados. Pela informação que nós temos, se o salário não for pago até segunda-feira, eles vão parar. Então, acho que é importante telefonarmos para o nobre Presidente da FASC, o Solimar, para saber por que esses trabalhadores não receberam o salário de agosto, ou se há alguma previsão para pagarem nos próximos dias. Acho que é importante essa reclamação, ela é muito pontual. Nós fizemos algumas visitas aos CRAS e Cress, e é exatamente onde esses entrevistadores atuam. Eu digo entrevistadores porque, de fato, são as suas funções, quando chamam ou a população procura para ser contemplada com Bolsa Família, por exemplo. Então, esses entrevistadores que são terceirizados não estão recebendo recursos, portanto cabe aqui uma manifestação da Câmara pedindo uma atenção muito especial da Secretaria de Assistência Social como também da FASC.

Nesse sentido, queria dizer que é de extrema importância esses dois pontos que aqui levanto, que o Município de Porto Alegre, através das suas Secretarias possa dar uma atenção especial. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, que solicita a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. RICARDO GOMES: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas, na data de ontem o Ver. Mauro Zacher propôs a abertura de uma frente parlamentar em defesa da continuidade do projeto de renovação do 4º Distrito, e fez publicar em dois jornais um artigo comentando o que, na opinião dele, era uma ausência de ação do Governo Marchezan quanto a esse tema, já que, desde fevereiro, o Prefeito Municipal, Nelson Marchezan, já tinha anunciado que o projeto do 4º Distrito deveria ser continuado pela Prefeitura. Pois bem, ao contrário do que diz o Ver. Mauro Zacher, houve, sim, muito trabalho da Prefeitura nesses oito meses de mandato para dar continuidade a esse projeto que é um projeto de renovação, de reconversão econômica, é um projeto de urbanismo, do 4º Distrito, e é um projeto que foi recebido pela Administração atual numa fase inicial de projeto. Isto é, a gestão anterior fez um plano urbanístico para o 4º Distrito, um trabalho muito bem contratado, encabeçado pelo Prof. Benamy, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, trabalho muito bem feito que foi pago parcialmente, cujo pagamento final foi feito apenas nesta gestão, mas é um plano urbanístico. Sabe o Ver. Mauro Zacher que um plano urbanístico não se realiza sozinho e não se realiza sem dinheiro. Falta para o 4º Distrito de Porto Alegre, para colocar de pé o projeto do 4º Distrito, falta o planejamento econômico para que esse plano possa acontecer, ou seja, falta identificar de onde vem o dinheiro para tocar esse projeto adiante, qual o início, qual o meio e qual o fim do projeto, o 4º Distrito é uma zona muito grande de Porto Alegre para ser atacada de imediato, é preciso setorizá-la para enfrentar essa renovação e é preciso identificar onde estão as oportunidades econômicas e qual o custo total para o Município da implementação desse Masterplan urbanístico. É neste aspecto que o Município tem envidado seus esforços. A gestão Marchezan, incansavelmente, vem trabalhando para viabilizar a realização do Masterplan econômico do 4.º Distrito.

Não basta um plano urbanístico, é preciso identificar de onde vem o dinheiro para fazê-lo acontecer. E isso não recebemos da gestão passada, ao contrário do que parece fazer crer o nosso colega, quando deu a entender que esse projeto estaria pronto para ser implementado.

Nós vamos, com prazer, participar dessa frente parlamentar pela continuidade do projeto do 4.º Distrito, justamente para mostrar o grande trabalho que já vem sendo feito.

Buscamos junto a organismos internacionais financiamentos para realizar esse trabalho de planejamento econômico.

Eu estive com o Vice-Prefeito, na época como Secretário do Município, em Nova York, fizemos reuniões com o Banco Mundial, que já abriu uma linha específica de financiamento para o 4.º Distrito de Porto Alegre. Estivemos na Organização das Nações Unidas, que se comprometeu a divulgar e a ajudar a buscar empresas para investir no 4.º Distrito, e há um trabalho sendo feito de muita consistência. Talvez, de não muita publicidade, mas há momentos em que é preciso, primeiro, trabalhar e, depois, anunciar, para não cairmos na falácia de pensarmos que está tudo pronto quando é feito o anúncio: recebemos, sim, o Masterplan muito bem estruturado. Falta muito para que ele possa acontecer na cidade de Porto Alegre, a Administração Marchezan está trabalhando para que isso aconteça. E eu espero que todos os colegas participem dessa frente parlamentar com o intuito de fazer acontecer o projeto, sabendo que há muito esforço que precisamos empenhar para que ele saia do papel.

Recebemos um projeto lindo, mas precisamos tirá-lo do papel. Obrigado, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, como Presidente da Comissão de Economia e Finanças, estava conversando, hoje pela manhã, com nosso relator Airto Ferronato, que está fazendo um trabalho minucioso em cima da LDO, para que possamos apresentar a este plenário, aos nossos Pares, à Câmara de Vereadores como um todo, uma LDO bem detalhada, bem explicada. Eu tenho certeza de que, pela experiência que o Ver. Airto Ferronato tem, ele fará um trabalho, como de costume, muito competente.

Também em cima da LDO, podemos falar do assunto que o Ver. Ricardo falou agora, sobre o 4º Distrito, eu concordo com Vossa Excelência. Claro que é necessário ter o Plano no papel, senão não começa, tem que ter um início, e isso eu aplaudo. Mas

também eu tenho a convicção, Ver. Ricardo, de que não se fazem investimentos através de decretos públicos. Não adianta estabelecer uma área... Eu vou contar a história. Quando eu cheguei na Secretaria que V. Exa. tão bem conduziu nesses meses, que era uma parte da Secretaria, a SMIC, existia o tal de Tecnologia no 4º Distrito. Sabe o que era isso – o Ver. Adeli Sell fazia parte do Governo anterior? Desapropriaram uma transportadora, a transportadora Javali, compraram o prédio, e, a partir desse prédio, sonhou-se em fazer o 4º Distrito Tecnológico. Eu imagino que, naquela época – não foi o Adeli Sell que começou e que foi um bom Secretário –, essa coisa toda começou com aquele projeto da ONU, as incubadoras tecnológicas, V. Exa sabe bem do que estou falando. Em cima disso, imaginou-se criar um monte de incubadoras Brasil afora. Por que no 4º Distrito? Só porque tinha o prédio da transportadora na época? Criou-se o Tecnopuc no papel, foram atrás, buscaram, precisava a universidade estar junto, precisava ter as empresas, precisava ter algo mais, precisava ir lá, como V. Exa. foi, lá em Nova Iorque, ou aonde quer que seja, no Vale do Silício, mas tem que ir atrás de quem quer se instalar em Porto Alegre. Primeiro, eu lembro bem quando veio a Siap para cá, para Porto Alegre, eles olharam, nós não mostramos o 4º Distrito, sinceramente, não tivemos coragem, na época. Nós fomos à PUC, e, junto com a PUC, fizemos a oferta de Porto Alegre. Mas a Unissinos foi mais competente, porque tinha mais espaço. A Prefeitura de São Leopoldo estava mais preparada, inclusive em termos de impostos, preparou-se para fazer aquilo e atraiu a SIAP para São Leopoldo. Foi uma pena, Porto Alegre perdeu isso. E, agora, esse projeto, numa visita que o Prefeito Fortunati fez à Alemanha e viu o Magic Valley, me parece que foi, mas não dá pra sonhar assim como se sonhou com o metrô. Não dá para sonhar, com todo o respeito ao Ver. Mauro Zacher. Foi um sonho de verão do Fortunati, do metrô; outro sonho de verão foram as obras da Copa, mas precisa ter dinheiro, precisa ter base. E o projeto tecnológico, que, aliás, a Comissão toda do PMDB assinou, não foi de um Vereador só, não foi só do Líder, foi de toda a Bancada, a proposta da Frente Parlamentar que amanhã será instalada, porque nós achamos que realmente ela é muito importante. Mas realmente tem que fazer isso, buscar o investidor, juntar as pessoas que entendem do assunto. Às vezes a gente fala muito na universidade, mas as entidades de tecnologia que nós temos, muitas vezes, têm muito mais a contribuir do que a própria universidade. E eu tenho certeza de que nós vamos provocar esses entes que fazem a tecnologia da informação. O espaço físico é o de

menos. O que estourou o 4º Distrito e que vai estourar Petrópolis, se nós não tomarmos providências, é essa bobagem da listagem do patrimônio histórico. Isso, sim, é que quebrou o 4º Distrito. E para começar a recuperar o 4º Distrito e para não apodrecer o bairro Petrópolis, o Epahc tem que voltar atrás. Nós, a Prefeitura toda tem que voltar atrás e parar com esta bobagem de alguns sonhadores acharem que aquilo é ambiência cultural. Ambiência... Quando eles não sabem dar nenhuma razão, dizem que é “ambiência cultural”. Não tem nada. Eles não sabem diferenciar, esses caras que fizeram esta listagem, eles não sabem diferenciar o que é velho e o que é histórico. Antes, nós temos que dar uma aulinha do Professor Raimundo para esses caras, para eles aprenderem o que é histórico e o que é velho. Até agora, eles só sabem o que é velho e acham que é histórico. Então, é ali que nós vamos começar a reerguer o 4º Distrito, o bairro Floresta, e evitar que Petrópolis também caia com essas casas. São 500 imóveis listados, é um absurdo!

Eles têm que começar a apoiar quem queira arrumar a Voluntários da Pátria, por exemplo, que é um casario, aí sim, histórico. Vão arrumar a Voluntários da Pátria. Por que se meter lá em Petrópolis? Para que incomodar as pessoas que estão lá, tranquilas? Vamos arrumar o que está pronto para ser arrumado, que não tem objeção nenhuma. A Voluntários toda, vamos deixar como ela está, arrumar aquela via, arrumar aqueles prédios. Aí sim, nós mostramos: assim era Porto Alegre no começo. Onde mora o Ver. Tarciso, na Rua da Praia, tem uns prédios que foram recuperados e ficaram bonitos. Sim, mas são históricos e são lá do início da Cidade. Agora, lá em Petrópolis, achar uma casa no meio de dois edifícios e dizer que aquilo é histórico só porque tem um arco na janela ou na porta? Então, acho que estes absurdos nós temos que contestar aqui e enfrentar. Por que não pode? Eles simplesmente dizem não, e nós ficamos aqui esperando. Mas não, por quê? Tem que cobrar o porquê desse pessoal, desses funcionários acomodados, funcionários públicos acomodados e sem preparo nenhum para dizer o que está certo e o que está errado; eles não sabem o que está certo e muito menos o que está errado; eles simplesmente não sabem. Então, acho que nós temos que nos preocupar com essas coisas, sim.

Teve uma emenda sobre o novo loteamento do bairro Anchieta, que poderia servir para a tecnologia. É claro que vai poder servir. Se uma empresa achar que aquele edifício está ótimo para fazer, desenvolver um projeto, se desenvolve, porque, ao contrário do que

todo o mundo pensa, para desenvolver um polo de desenvolvimento tecnológico não precisa um terreno desse tamanho como precisa para uma montadora de automóveis; pode ser vertical, pode ser prédio novo, pode ser prédio antigo, pode ser ali no porto. Olhem o que fizeram lá em Recife, o Polo Tecnológico, uma coisa assim, em todo o Brasil tem exemplos disso. Armaram um Porto Digital também, mas não digitalizou muito, só foi no projeto também. Eu acho que nós temos é que nos preocupar com isso. Quero convidar a Frente de Ciência e Tecnologia, de TI, mas deve ser uma frente também em que se possam discutir coisas importantes que vem junto ou que vem primeiro. Ninguém vai instalar o Polo Medical Santi ou Medial Valley, isso é bonito lá na Alemanha. Aqui só porque tem um terreno que era do Hospital Santo Antônio quiseram chamar isso de outra clínica, vai-se se fazer lá na Farrapos. Tudo bem, que se faça, que se atraia até hospitais ali para o Vale dos Sinos, não tem problema nenhum, agora chamar uma coisa para desenvolver alta tecnologia, aí é diferente, aí o empreendedor não vai atrás do 4º Distrito. Ele vai ver onde é melhor, se é lá no aeroporto, e até pode ser no 4º Distrito, mas onde tenha condições de desenvolver. E nós precisamos tanto que Porto Alegre fale um pouquinho mais de modernidade, porque de tranca-rua nós estamos cheios. Aqui só se sabe dizer: não, não e não. Mas aí eu comecei a pensar há muito tempo, porque só dizem não e está valendo o não? O nós temos que perguntar é porque não? E dizer que não, você está errado; aqui é sim, e vocês não têm o direito de dizer não. A partir de agora você vai dizer sim, porque isso é que vale. E certamente nós vamos ter uma Porto Alegre um pouquinho mais esperta, mais acordada. E não dependente desses tranca-ruas que não sabem nada – nem sabem! Não sabem, simplesmente são ideologicamente preparados para dizer não para tudo. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Antes e chamar o Ver. Adeli Sell, gostaria de fazer alguns registros. Temos a presença do Sr. Celso Lutz Espanhol, porta-voz da Rede Sustentabilidade de Crissiumal/RS - seja muito bem-vindo aqui esta tarde -, e também a presença do Ver. Maikon Modesto, do Partido Progressista, Presidente da Câmara de Vereadores de Humaitá/RS.

Também gostaria de propor um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Delegado Antônio Carlos Bernardo de Oliveira, pai do nosso colega Rafão Oliveira, que faleceu ontem. (Pausa.)

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde Presidente, Vereadores e Vereadoras e público que nos assiste. Dificilmente eu subo na tribuna, acho que nunca subi na tribuna para falar do Grêmio, time que amo tanto e no qual eu realizei todos os meus sonhos. Eu estive lá, na terça-feira, junto com o meu assessor, que está lá, o Vinicius, e o Jurandir, que está ali do lado, que jogou muito e muitos anos no Olímpico, e, hoje pela manhã - e quero dar os parabéns pela fala do Cecchim, está ali, também, o Cassiá, nós que fomos campeões em 1977 dentro do Estádio Olímpico -, fui indagado, na reunião de Mesa e Lideranças sobre o processo do Grêmio, mas eu não consegui entendê-lo e nem quero. A Caixa Econômica, o Santander e o Banco do Brasil, no momento, são os donos daquele espaço glorioso, daquele espaço que deixa saudades nos torcedores e em nós, jogadores. Então, eu postei, no meu *face*, uma foto comigo levantando as mãos para o céu, para as arquibancadas do Olímpico, ocasião em que eu pedia que Deus fosse para a Arena. Todos os meus 13 anos eu passei ali dentro - se chorei ou se sorri, foi ali dentro, e ali dentro fui inúmeras vezes campeão, como tu, Cassiá, fiz muitos gols, foram mais de 721 jogos com a jaqueta do Grêmio -, então eu lamento - naquele bairro ali eu vivi durante quase 30 anos, minha casa continua no Jardim Olímpico - quando vou ao Olímpico ou no bairro e as pessoas me chamam e dizem que aquilo está muito perigoso. Realmente, já aconteceu de entrarem na minha casa, nas casas vizinhas, ali embaixo, pois há um vazio no Estádio Olímpico. Se o cara pegar um avião à noite e sair voando, ele vai ver que há uma escuridão naquele pedaço. Aquele pedaço ali, o Estádio Olímpico, é a glória da metade do Rio Grande do Sul, e é uma pena que a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil ou o Santander não olhem com mais carinho para aquele monumento que foi a glória, a alegria de muitas pessoas. Ele está esquecido. Quando entrei lá dentro para

fazer entrevista com o pessoal da RBS, senti uma tristeza muito grande, pois foi um lugar onde teve muitas alegrias e muitos torcedores vibrando, e agora a gente vê o estado em que está o Estádio Olímpico: todo achacado, o gramado não existe, o fosso, quando chove, enche de água, mosquitos. Então, aquele é um pedaço de glória de Porto Alegre que foi esquecido ali naquele espaço. Para mim, sinceramente, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Santander deveriam, Fernanda, olhar um pouquinho mais para aquele espaço, um espaço digno. Gente, a metade do Rio Grande do Sul vibrou naquele monumento. No caso do nosso coirmão Internacional, o Eucaliptos virou um condomínio lindo, então, porque ali não pode ser uma coisa linda, com um marco dizendo: Aqui, Estádio Olímpico, o Monumental? Eu acho que isso aí deixaria os nossos corações, de nós, gremistas, onde eu joguei durante muitos anos, tranquilos e sorridentes. Então, eu peço às pessoas, que têm o poder de fazer que deixem aquilo um espaço digno de uma população, digno de um povo, que vibrou ali dentro, que passa por ali e fica com uma tristeza muito grande. E o Bairro Medianeira, que ele volte a ser um bairro calmo, um espaço de tranquilidade para todo o povo. Acho que o Cecchim esteve até lá visitando, é uma roubalheira, os moradores não têm mais sossego, Cecchim, e a gente não pode fazer nada, porque é um espaço privado. Eu sei que o Governo não tem condições porque aquilo ali é um espaço privado. Mas a gente agradece se a Caixa Econômica Federal, o Banco Santander e o Banco do Brasil fizerem alguma coisa por aquele espaço, para esse povo, o exército azul agradece. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, meus queridos colegas Vereadores, eu vou ler uma carta endereçada ao Presidente desta Casa, carta do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, GORGS: (Lê.) “Sr. Presidente da Câmara e demais Vereadores de Porto Alegre, eu Pedro Braga, Grão Mestre do Oriente, do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, pelo presente torna público e torna público que oficializa o almoço com os Vereadores de Porto Alegre no Piquete Fraternidade, que será realizado anualmente durante as festividades da Semana Farroupilha, no Parque da Harmonia, em data e horário agendados com antecedência, isso valorizando o Parlamento de Porto Alegre. Tadeu Pedro Drago, Grão-Mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Sul”. Endereçado ao senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Complementando, informo que, inicialmente, essa iniciativa era do Vereador Bernardino Vendruscolo, e ele continuou com a iniciativa. O Grande Oriente é que tem ligação com o Piquete Fraternidade Gaúcha, que já havia nos convidado, através do Ver. Bernardino, para uma confraternização no dia de amanhã, então oficializou, e o Ver. Idenir Cecchim aqui fez a leitura da oficialização.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Obrigado, Presidente Cassio Trogildo; eu, na verdade, queria aproveitar, em nome da liderança do PSOL, da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Prof. Alex Fraga, e dizer que, na verdade, nós estamos muito preocupados, e preocupados por muitas razões. Eu não vou aqui entrar no caso nacional, mas é óbvio que todos os problemas da nossa Cidade não podem ser explicados sem esse marco nacional, nós temos uma situação de vergonha nacional, de escândalo, porque nós temos um Governo chefiado por uma organização criminosa, e isso não somos mais nós que estamos dizendo, é a Polícia Federal que tem dito isso, há ministros que são presos – metade da organização criminosa está na prisão, o problema é que a outra metade está governando! Isso é muito grave. Eu comentava com o Ver. Carús que os Vereadores do PMDB – o Ver. Carús especificamente – tem que fazer esse corte, porque na cúpula do PMDB nacional isso está comprovado, todo mundo sabe, eu nunca fui de colocar panos quentes, por exemplo, na cúpula do PT nacional, mas sempre tenho dito: se tem algum partido especializado em esquemas de corrupção no Brasil, é o PMDB, porque são 50 anos em que o Sarney é chefe disso. Evidentemente, quanto à atuação nacional, a Câmara de Vereadores deve olhar e atuar, mas nós temos a nossa atribuição mais ligada aos problemas de Porto Alegre e à disputa no sentido de fazer com que a política em Porto Alegre melhore a sua qualidade. E o que nós temos visto é que o Governo Municipal está paralisado. Quando o Governo Municipal não está paralisado, o Governo Municipal está entrando em choque com os servidores públicos ou com os Vereadores que fazem oposição.

Nós tivemos a ação, por exemplo, que derrubou essa questão da segunda passagem. O Governo entrou na Justiça, a Justiça deu ganho de causa para a nossa ação, e o Governo deveria, inclusive, cobrar dos empresários os recursos que eles receberam indevidamente

nos dias em que o decreto do Prefeito Marchezan vigorou. Mas, quando é para encarar e enfrentar empresários, o Governo Municipal não faz nada; quando é para atacar servidores públicos, aí o Governo é rápido, assim como é rápido, inclusive, para entrar na Justiça contra as mobilizações legítimas dos servidores públicos.

Então nós estamos preocupados por quê? Porque o Governo é um Governo que ou está paralisado ou, quando não está paralisado, está tentando produzir algum ataque. Isso, evidentemente, vai aumentando a crise, vai fazendo com que a crise que existe no País e no Estado vá também entrando na cidade de Porto Alegre, e a política de Porto Alegre vai perdendo qualidade, a tal ponto que um dos debates que nós tivemos foi esse debate provocado por esse agrupamento reacionário do MBL, que tratou de fazer política ao redor da questão artística, produzindo uma ação constrangedora contra uma exposição. Depois, ainda, felizmente, nós tivemos um grande protesto contra essa ação reacionária que fez com que o Banco Santander recuasse e aceitasse essa pressão. Nós tivemos uma grande mobilização.

É uma coisa absurda, porque os órgãos públicos, ao invés de valorizarem as ações e a organização da sociedade, estão trabalhando contra a sociedade. Foi o caso, por exemplo, da própria ação da Polícia Militar naquele dia, que, ao invés de evitar os provocadores do MBL de atuarem na manifestação, tratou de reprimir os manifestantes a tal ponto que reprimiu jornalistas que estavam, inclusive, cobrindo aquele movimento. Então está tudo virado pelo avesso, e, evidentemente, isso nos preocupa, porque nós achamos que a Câmara de Vereadores, sob esse ponto de vista, tem que atuar mais. Nós necessitamos – e isso é um esforço nosso, não só dos Vereadores do PSOL ou mesmo da oposição – organizar, porque nós queremos fazer a maior unidade possível com todos os Vereadores que queiram produzir políticas reais para melhorar a situação da cidade e para impedir a lógica do governo atual, que é uma lógica ou de paralisação da política, com consequência dos serviços públicos de Porto Alegre que estão paralisando também, ou de ataques aos interesses e direitos do povo. Então, nós teremos que fazer uma frente contra isso, parar esses ataques, mas ao mesmo tempo, produzir políticas. Eu acho que a Câmara tem esse desafio.

Agora, no dia de hoje, começou a funcionar a comissão que vai debater a questão do serviço público. Nós achamos que essa Comissão pode cumprir um papel importante para evitar os ataques aos direitos dos servidores. Vai ter o funcionamento da comissão de

transporte. Mas a Câmara de Vereadores tem que nesse caso tentar produzir mais. Eu fiz propostas aqui que ainda não foram aceitas, como por exemplo, a CPI do DEP. Mas nós estamos atrás de produção na Câmara de Vereadores, para que possamos combater os privilégios, o desperdício e realmente melhorar a vida das pessoas que é o objetivo da Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vamos discutir, é tremendamente importante, esse período de Pauta Especial, porque vamos discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a nossa LDO. Na sua argumentação, na sua apresentação, datada de 21 de agosto de 2017, o Sr. Prefeito Municipal diz o seguinte: a exemplo do Plano Plurianual a Lei de Diretrizes Orçamentárias leva em conta as dificuldades financeiras de Porto Alegre e apresenta com transparência e realismo a situação de colapso nas contas do Município. Atualmente as receitas são insuficientes frente ao expressivo conjunto de despesas, como é o caso da folha de pagamento, que já chegou a 51,07%; o chamado limite prudencial, a Lei de Responsabilidade Fiscal é de 51,3%. Eu fiz questão de ler este parágrafo inicial, porque, Ver. Carús, o Prefeito aqui nos diz que ele apresenta com transparência e realismo. Portanto, como perguntar não ofende, porque eu pergunto: por que só anotação dos gastos com servidores? Porque o Prefeito, nesse item, diz que é para ser transparente e realista, não nos apresenta os outros gastos e as outras percentagens? Nesse item, estão os servidores não permanentes, chamados de cargos em comissão? Não está especificado. Estão especificados, estão no Portal da Transparência os gastos com telefonia, especialmente telefonia celular? Estão no Portal da Transparência os gastos com carros locados? Está no Portal da Transparência, e eu pergunto, mesmo que tivesse, seria realista, o gasto de quase seis milhões de reais do gabinete do Prefeito para atividades de recepção, banquetes, cafezinhos, quitutes, etc e tal? Não, não está. Não está! A lei, chamada LAI, lei de acesso à informação de 2011 não está sendo cumprida pela Prefeitura Municipal. Não adianta dizer que quer cumprir a lei de responsabilidade fiscal e que querem nos

dizer que o limite prudencial é de 51,30 se já estão gastando 51,07. Não adianta escrever; aprendi com meus pais que o papel aceita tudo. A realidade é outra, a realidade é completamente diferente. Não bastasse isso, aqui, novamente, no artigo 2º, das metas e prioridades de Executivo e Legislativo Municipais, § 1º, repete-se absolutamente igual o que estava no PPA que as prioridades são: habitação, saúde, assistência social, educação, cultura, pavimentação, saneamento básico, esporte e lazer, áreas de lazer – uma atrás da outra -, desenvolvimento econômico. Desde quando isso aqui é transparência e realista? Desde quando o Governo está gastando e vai gastar em habitação como prioridade número um? Isso é uma grosseria, uma estupidez que está sendo feita com esse Legislativo, e eu acho que os Vereadores deveriam se rebelar. A Prefeitura não consegue pagar o aluguel social porque deixou as pessoas sem habitação na Tronco. E aí se não tivesse a Lei deste Vereador, do bônus moradia, que garantiu mais 900 bônus moradia, tem 600 outros sem aluguel social pago em dia, estão indo morar no fundinho, do fundinho da casa do tio, da prima, e não mais o quê. Habitação tem nove terrenos comprados pelo Prefeito José Fortunati, Sebastião Mello que não foram ocupados até agora, não teve construção nenhuma. No início do ano, nós procuramos o Diretor do DEMHAB, o Secretário de Parcerias, e dissemos: “Os senhores que são favoráveis à Parceria Público Privada por que não chamam empresas num edital aberto, que é lícito, que é correto e negociem? Vocês constroem cento e cinquenta habitações aqui e vocês têm em troca um terreno equivalente em tal lugar”. São nove terrenos - Ver. Dr. Goulart, alguns comprados na sua época ou pelo menos iniciada a compra na sua época -, e não são ocupados até hoje. Um deles só não foi ocupado porque as lideranças locais sabem o seu destino, nos procuraram e foi impedida a sua ocupação. Nesses nove terrenos que estão na Grande Cruzeiro, terrenos hoje que, diria, são nobilíssimos, haveria condições, por exemplo, dos dois terrenos do Cristal, qualquer empresa disputaria à tapa construir lá em troca de construção de casas populares num dos outros sete terrenos. Por que isso não está sendo feito?! “Vereador, que bom que o senhor trouxe isso aqui, que boa ideia o senhor nos traz”. Isso foi em janeiro, fevereiro, estamos em setembro, há nove terrenos desocupados, e a iniciativa privada querendo negociar... Não adianta criar uma secretaria de Parceria Público-Privada se ela não faz o que eu estou dizendo. Que bom que o Ver. Ricardo Gomes está aqui, que é um sujeito que entende do assunto, que é liberal, não tem frescura, e eu tenho certeza de que vai nos ajudar a

resolver essa questão. Vereador, tem nove terrenos desocupados, pagos. Eu lhe garanto que nos dois do Cristal, colocado em edital público que a contrapartida é construir num dos outros sete, vão querer construir e pagar o que Prefeitura quiser, o que a Prefeitura quiser, que a região está crescendo, a Avenida Tronco está triplicando o preço das economias locais. Ainda bem que aqui tem alguns Vereadores que já passaram pelo DEMHAB: o Pujol foi o primeiro; está ali o Ver. Dr. Goulart atentamente ouvindo; o Carús conhece bem a região, o Bosco também, o Cássia inclusive mora perto. Eu estou apontando os lugares, eu estou dizendo que eles existem, que a iniciativa privada quer, pode e deve. Esta Casa aprovou a Parceria Público-Privada. Com o meu voto, inclusive! Por que a gente não faz? Nesse ponto, o Ver. Idenir Cecchim tem razão. Quando o Cecchim vem aqui e desanca, eu já ouvi gente dizer “bah, mas o Cecchim de novo vem com essa história!” Não, ele vem de novo porque, nesse caso, ele tem toda razão. Eu bronqueio muito com o Cecchim, mas, convenhamos, nesse tópico, ele tem razão. Hoje o que ele falou aqui é correto. Eu sei que tenho disputas com ele, acho que às vezes o Cecchim é para lá de conservador, mas nessa questão que ele apontou da burocracia, da generalização, da falta de colaboração, da falta, inclusive, de postura nossa, nós temos que mostrar a altivez deste plenário, nos temos que mostrar que chega!

Eu disse ontem aqui: existe o Poder Legislativo, o outro é o Judiciário, o outro é o Executivo. Eu estou mostrando aqui ponto por ponto que aqui na LDO tem um mimimi, uma choradeira, não é transparente, não é realista, porque, com essa minha simples fala aqui, eu consegui desmontar o primeiro parágrafo que eu li. Posso ler os outros, desmontarei um por um, sem arrogância, porque, afinal de contas, eu gosto de Porto Alegre, eu amo Porto Alegre, eu quero Porto Alegre para frente, e não para trás. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver.^a Mônica, conduzindo os trabalhos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, sobre esta Lei de Diretrizes Orçamentárias, a primeira crítica que farei é a que fiz ao Plano Plurianual: discussão que o Governo fez com a Cidade, afinal já são sete, oito meses, sobre suas finanças, sobre as prioridades. Eu vi que na LDO estão listadas as prioridades, acredito que as mesmas do ano passado, os mesmos temas, deve estar repetindo, porque não teve uma rodada da participação popular. A participação direta, neste ano, foi suprimida. Sei que os fóruns de delegados ainda existem, sobrevivem, mas a chamada da população para um balanço das demandas não atendidas, já cumpridas, dos Governos anteriores que sejam, porque temos políticas que são de Estado... Eu diria que o Orçamento Participativo, a participação direta na cidade de Porto Alegre já virou uma política de Estado, já passou por Governos de várias matizes ideológicas. Este Governo não deveria e não poderia suprimir a participação popular diante dessa história. Infelizmente a marca do Governo que vem atacar construções históricas com a vontade com que veio este Governo, é óbvio, faz com que ele tenha que suprimir democracia, porque se fosse fazer com democracia não operaria maldades como a que estão sendo operadas. E cito algumas: a primeira que chamo atenção é o tema da Carris, que por óbvio não aparece na LDO porque no Plano Plurianual não tinha uma janela para a Carris. E nós já sabemos que a política para a Carris, anunciada, não escondida pelo Prefeito, é de privatização. O mais grave, muito mais grave, é a destruição da Carris, destruição da gestão, de uma gestão adequada, eficiente, eficaz – isso é extremamente grave, porque deixa a nossa empresa de ser balizadora do sistema. Não defendo que ela seja deficitária, porque teve muitos momentos que ela não foi, que ela era equilibrada, ousada, que ela investia em avanços, em novas tecnologia, seja para motor, seja para conforto, seja para o uso de ar-condicionado, enfim. Ela valorizava mais o funcionário com carreira e, mesmo assim, ajustava as contas, criando e mantendo dez dias de passe livre, no ano, na cidade de Porto Alegre, que é um custo importante para o sistema, que agora está suprimido pelo Governo Municipal – suprimido, pura e simplesmente! A Carris não tem previsão no orçamento de socorro do recurso orçamentário. Se é ruim para Cidade, se é uma situação ruim de finanças, tem que aportar recursos na Carris, pior é deixar uma Carris morrer à mingua. O que acontece quando não se coloca recurso? A Carris não faz as compras antecipadamente das peças necessárias para reposição, aí vem destruindo ônibus, vem abandonado ônibus, vem

construindo ônibus a partir da demolição de outros, e diminuindo frota, ficando, em média, com 50, 60 carros sem rodar. Essa é uma das denúncias dos funcionários da Carris. Nós sabemos que se tu não otimizas, se tu não usas todas os horários, provavelmente acontece o que está acontecendo: redução de passageiro. A redução de passageiro é a redução da participação da Carris na contabilidade, no caixa, na hora de distribuir os recursos do sistema, aliás, para todos eles, para a conta da ATP, mesmo os da Carris, mas, depois, para voltar para a Carris, como ela carregou menos gente, ela deixou gente nas paradas, ela perdeu horários, ela não colocou ônibus. Às vezes, sobra motorista, sobra tripulação porque não tem ônibus para rodar no horário da Carris. Todas essas denúncias foram manifestas no Ministério Público. E não foi que nós não tenhamos tentado reunião direta, pois tivemos duas reuniões com o Secretário Elizandro Sabino, sob responsabilidade de quem está na Carris, claro que ela tem uma direção própria, mas nós, quando o Ver. Janta era Líder ajudou a intermediar, tivemos duas vezes com comissão de funcionários da Carris, CIPA, delegados da Carris, Sindicato dos Rodoviários, éramos umas 20 pessoas em reunião com o Elizandro Sabino, no primeiro semestre, denunciando todos esses desmandos, denunciando as demissões por justa causa – sem justa causa, portanto prejuízo que a Carris terá nas reversões da Justiça. Tudo isso se tentou conversar diretamente com o Governo. Não conseguindo, denunciemos no Ministério Público de Contas...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Exatamente, é a melhor forma de demitir, fala bem o Ver. Bosco: tu não pagas a multa da rescisão. Só que essas demissões são tão esdrúxulas e persecutórias que estão sendo revertidas na Justiça e vão onerar ainda mais a problemática Carris. Então, não está previsto no Plano Plurianual, não está previsto no investimento aqui.

Então, se não fosse como nós defendemos, por uma transição, tem que colocar recursos no Orçamento, mas tem que mostrar a que veio a gestão Marchezan, que se vangloria tanto de que aqui estava tudo errado, de que é gestão empresarial, que tem gestão mais moderna, mas não conseguiu mostrar competência nenhuma na Carris. Mas nós sabemos que isso é proposital, que isso é para um projeto de privatização.

Ora, senhores, eu fecho falando somente de transporte, como o Ver. Adeli falou somente de um artigo. A gente entra num tema e precisa desse tempo para discutir.

Eu diria que teve muita polêmica o debate de São Paulo sobre transporte, nós ficamos sabendo que a Prefeitura de São Paulo coloca, sim, recursos orçamentários no sistema de ônibus, por uma opção política para garantir o passe livre, por exemplo, Ver. Carús. Aqui o Prefeitura faz outra opção, faz a opção da redução, de terminar, ou reduzir, restringir o meio passe do estudante.

Então, a Lei de Diretrizes Orçamentárias não vem com discussão prévia e vem ratificar, corroborar uma série de políticas que já têm uma reação importante na cidade de Porto Alegre, que é: onde está bem, fazer PPPs, como o caso do DMAE; e onde está mal, não conseguir mostrar a competência necessária a um Governo.

Quero encaminhar esse tempo de LDO dizendo que nenhum Governo que eu conheço dançou com liberdade, com folga, governando. Eu quero lembrar que o primeiro ano do Governo Olívio, 1989, que foi o primeiro ano depois do Prefeito Collares, e nós hoje estamos vendo o desmonte do plano de carreira do Collares – aqui chamo a atenção do PDT, Ver. Bosco. Esses quatro projetos, o do DMAE também, mas, em especial, os três projetos que atacam os direitos do funcionalismo que são conquistas do plano de carreira da época do Collares. Enquanto o Presidente Temer está destruindo a CLT de Getúlio Vargas, agora, aqui, o Prefeito Marchezan veio destruir a carreira, que foi conquista. Claro que não é uma dádiva do Prefeito Collares, eu me lembro, estava na Educação, eu tinha entrado na rede naquele ano, ali começou a minha carreira e ali nós começamos discutindo de maneira muito forte com a Secretária da Educação da época, Neuza Canabarro, e aí é que nós construímos o nosso plano de carreira. Com o Collares, o funcionalismo conquistou muitos instrumentos importantes que hoje o Prefeito Marchezan quer acabar, instrumentos esses que mantêm o funcionário motivado, que melhora o seu salário do meio da carreira para o final, é um estímulo super importante. Então, é a destruição do plano conquistado com Collares, a CLT de Getúlio, que veio para cá.

E quero lembrar que Olívio Dutra pegou o plano de carreira que foi votado e publicado no final do Governo Collares. O Governo Olívio gastava 90% das despesas com pessoal, no seu primeiro ano. Ele não parcelou salário, ele cumpriu o plano de carreira conquistado pela categoria com o Governo Collares. E, agora, o Governo Marchezan quer destruir.

Vejam bem, Governo Olívio. E nós – eu era do sindicato – fizemos lutas, assembleias, greves com o Governo Olívio – nunca tivemos o salário parcelado, muito menos a tentativa de destruição do que foi construído pela categoria no Governo Collares, seja pelos professores, seja pelos funcionários.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, já que a nossa Pauta Especial hoje trata sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu repito aqui o que já disse algumas vezes nesta tribuna, de que governar é eleger prioridades. E, muitas vezes, o atual Governo tem tido uma certa dificuldade em escolher as prioridades, nos investimentos que devem ser feitos naquelas áreas mais sensíveis. Ele já definiu, na verdade, algumas das prioridades. Existem três frentes que estão tramitando já nesta Casa. A primeira delas, Ver. Cassiá, é o projeto de revisão da planta do IPTU, que nada mais é, com a roupagem da justiça tributária, alegada pela área técnica da Fazenda, do que um aumento nominal do valor que vai ser cobrado do cidadão que é contribuinte e representa 60% dos imóveis de Porto Alegre que estão sujeitos à cobrança de IPTU; nada mais é do que isso. Num linguajar muito simples, para que a população entenda: vai aumentar o valor do IPTU em Porto Alegre para 60% dos imóveis que estão sujeitos a esta cobrança. Esse é o conteúdo do projeto, simples assim; prioridade escolhida pelo Governo.

A outra prioridade é um conjunto de projetos que vai na direção do serviço público. É bem verdade que muitas das matérias ali que se discutem acerca dos servidores públicos nós podemos amadurecer, mas outras nem tanto, porque são direitos conquistados historicamente ao longo dos anos. E o debate tem sido feito, e nós temos sido procurados por diversas representações das áreas da educação, da saúde, das áreas dos órgãos de serviços.

E a outra prioridade que foi escolhida pelo Governo é encaminhar para esta Casa um pacote de retirada das isenções e gratuidades no transporte, sendo que nenhuma dessas isenções ou gratuidades, sendo encerradas, vão repercutir na redução do valor da tarifa

no transporte coletivo em Porto Alegre! Na minha avaliação, as prioridades para 2017 foram escolhidas pelo governo, foram essas, e elas se materializam nos projetos encaminhados aqui para esta Casa.

Sobre a LDO, eu vejo aqui o Nei, que é um dos integrantes da Comissão dos aprovados no concurso que foi realizado pela gestão anterior para Guarda Municipal. Aliás, eu até quero saber o que aconteceu com o Secretário Kleber Senisse: tomou um chá de sumiço, e ninguém sabe mais dele – Secretário Municipal da Segurança. Tomou um chá de sumiço, nunca mais se soube do Secretário Municipal de Segurança em Porto Alegre. E eu vejo muitas vezes até algumas autoridades ou representantes do Governo se vangloriando: “Bah, a Guarda Municipal está acompanhando o Detran, a Brigada numa barreira policial na Av. Ipiranga”. Cá entre nós, a Guarda Municipal não tem que estar em barreira policial nenhuma! A Guarda Municipal tem que estar nas escolas municipais, nos postos de saúde, em que a presença do Estado, em muitas comunidades, está totalmente vulnerável ao cenário de insegurança local. Então a Guarda está se desviando da sua finalidade. E o Secretário da Segurança desapareceu; no mínimo, há uns 60 dias não se sabe mais dele. Se a LDO puder considerar os 290 aprovados; se as dificuldades financeiras não permitem que se chame todos os 290 aprovados no concurso para Guarda de imediato, que chame uma parte, pois há um déficit na Cidade. Há uma necessidade de integrar cada vez mais as ações da Guarda com a Brigada, mas o Governo não elege prioridades de investir naquilo que é essencial, contrariando e negando seu discurso de campanha. Esse é o grande problema. O Ver. Adeli falou muito bem aqui sobre a questão da habitação popular e do aluguel social. A inadimplência do aluguel social não está atingindo somente aquelas comunidades da região da Grande Cruzeiro que estão ali com uma série de transtornos causados pela duplicação da Av. Tronco, uma obra que ainda precisa ser concluída. Há dois dias estive na região Humaitá e Navegantes. Não é um problema deste Governo, é um problema que já vem de outros anos. Em 2015, na região Humaitá e Navegantes, foram demolidas as casas de passagem, se desenvolveu um projeto habitacional para aquelas pessoas e, num processo de transição, se definiu que elas teriam o benefício do aluguel social até que se disponibilizasse o empreendimento habitacional popular. Pois o que aconteceu? Não saiu o empreendimento, e hoje há mais de 50 famílias na região Humaitá e Navegantes, uma das regiões mais empobrecidas da Cidade, sem opções. Mais de 50 pessoas não têm o

aluguel pago, não tem onde morar. Estão amontoadas na rua ou na casa de parentes, de amigos, morando de favor. E o mais triste, um dos investimentos sociais mais relevantes feitos ainda na gestão do ex-Prefeito Fogaça: voltei a enxergar crianças pedindo esmolas nas sinaleiras. Não é só a população de rua adulta que aumentou, as crianças voltaram às sinaleiras para pedir esmolas. E foi feito um trabalho belíssimo pela FASC e também, na época, pela Secretaria de Segurança de 2005, erradicando as crianças das sinaleiras. E esse problema está voltando, porque o Governo não consegue investir nas áreas mais importantes.

O então Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta, concordou que nós retomássemos a tramitação, Ver.^a Fernanda e Ver. Robaina, do projeto que denomina mais algumas Áreas Especiais de Interesse Social, comunidades que estão sendo regularizadas, comunidades que têm uma organização, que são capazes de contribuir com o Poder Público para se regularizarem. Adormeceu de novo a tramitação deste projeto aqui, porque ao Governo também já não interessa mais; governa para os seus e não para aqueles que mais precisam.

Nós temos projetos com recursos aprovados, não só demandados em assembleias do OP, mas recursos aprovados já de muito tempo, por definição da própria Secretaria Municipal de Saúde, para a construção de novas Unidades de Saúde, recursos carimbados, e essas obras não iniciam. A região Leste da Cidade, que tem um déficit em atendimento de saúde pública, é a mais penalizada com isso.

Há um acordo com o Governo do Estado, inclusive, para a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, no Partenon, numa área junto ao Hospital Psiquiátrico Forense, e a Prefeitura é incapaz de responder se quer ou não a UPA. Não diz nem que sim nem que não! O mesmo vale para o Hospital Parque Belém, que está lá fechado. Saúdo que o Hospital Santa Ana vai se instalar em alguns meses, aqui, na estrutura do Hospital Espírita, mas Governo do Estado já sinalizou que, mesmo com as dificuldades que tem enfrentado, vai arcar com 50% dos recursos necessários para reabrir o Hospital Parque Belém, desde que a Prefeitura diga quanto custa para retomar essa contratualização. Assunto morto. Nunca mais se falou nisso, e, assim como este assunto está morto, muitas pessoas morrem do trajeto do Lami, do Lajeado até o Centro da Cidade, porque tem um vácuo de atendimento de saúde nesse trecho, porque o Hospital

da Restinga não dá conta, o Parque Belém está fechado, e, quando chegam aqui no Postão da Cruzeiro, o atendimento é precário.

Eu espero sinceramente que o Governo e os seus representantes aqui nesta Casa voltem a dialogar com quem quer o melhor para a Cidade. Seria muito fácil eu vir a esta tribuna fazer um elenco de críticas e não me disponibilizar para ajudar. E é o que nós temos feito, tanto nas reuniões e ações da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, como nas ações do nosso mandato, como nas iniciativas legislativas e ações parlamentares de um modo geral, mas um governo que não se permite ao diálogo, que, inclusive, entra na Justiça para que as pessoas não possam se manifestar democraticamente sobre os seus direitos... Aí, fica difícil.

Eu, sinceramente, espero que, superadas as três prioridades maiores do Governo Marchezan, que são: retirar gratuidades e não diminuir o valor da passagem, simplesmente fazer uma afronta ao servidor público e aumentar o IPTU, superado isso, ele comece a governar. Nós precisamos urgentemente que exista, de novo, uma Prefeitura em Porto Alegre no campo dos serviços e que induza o empreendedorismo e aquilo que o cidadão de Porto Alegre quer, uma cidade com qualidade de vida para as suas famílias e para si próprio. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste das galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores, eu quero confessar aos senhores que eu recebi para relatar um projeto do Executivo que diz respeito a alterações na estrutura da representação dos conselhos, suprimindo um artigo da lei e autorizando que o Prefeito, via decreto, altere ou subtraia ou junte ou mescle ações com representação e com relação às representações dos conselhos municipais. E obviamente, como fui mais afeto a questões relativas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, do Conselho do Plano Diretor, hoje fiz uma conversa com a representação da Agadie e uma conversa com a antiga representação da RP6, e o pessoal está muito preocupado.

Primeiro porque a representação do Conselho Municipal do Plano Diretor em Porto Alegre é eleita. O Plano Diretor tem uma previsão de eleger 28 conselheiros que legitimamente toma a responsabilidade de ter assento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental que vai tratar, efetivamente, da qualificação dos espaços urbanos da cidade, das ações compensatórias e mitigatórias, dos grandes empreendimentos da cidade, e ali serão avaliadas por esse coletivo com as representações das oito regiões de planejamento, Orçamento Participativo, a representação da União, com a cadeira que representa a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a UFRGS; o Estado representado pela Metroplan; a Prefeitura pelas Secretarias atinentes ao tema ou ao assunto, e as demais entidades da representação da estruturação da cidade, do desenvolvimento urbano da cidade. Como é que nós vamos fazer uma proposta e aceitar uma proposta, permitam-me aqui divergir do encaminhamento do Governo, na qual o Prefeito vai determinar quem tem assento nos Conselhos. O conselho serve justamente para se ter uma autonomia, para ele não ficar vinculado a uma indicação específica do chefe do Poder Executivo, para que seja uma opinião isenta. O conselheiro traz uma opinião isenta. Mal comparando, como que um subordinado vai ter força e voz para fazer um enfrentamento sobre determinado assunto, se ele não tem uma legitimidade. No caso dos conselhos, muitas vezes, é feita através do voto. Então, queria trazer esse questionamento ao nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que é o Ver. Mendes Ribeiro, e dizer que estou encaminhando diligência a esse projeto, para que os conselhos municipais se manifestem. Eu não acredito que a subtração desse artigo da legislação possa estar sendo consentida por qualquer conselho de representação das mais diversas áreas de interesse da sociedade em Porto Alegre. Então, quero chamar a atenção a esse tema, que é oportuno, importante e relevante. Hoje, pela manhã, conversando com o José Oclésio, que foi muitas vezes Presidente do Conselho do Plano Diretor, ele que é o nosso Vice-Presidente da AGADI, tem assento representando o Secovi/Rio Grande do Sul – Agademi, ele disse que tem uma ideia de fazer uma fusão entre a do Meio Ambiente e a do Planejamento Urbano. Mas a Secretaria do Meio Ambiente já tem assento no Plano Diretor. E outra lógica da avaliação processual, no caso do Planejamento Urbano, é que as reuniões, especialmente das regiões, acontecem semanalmente. E o Conselho do Plano Diretor se reúne, ordinariamente, toda a terça-feira, diferente do Meio Ambiente. Às vezes, as reuniões do Meio Ambiente ocorrem uma

vez por mês. Então, não é possível esse tipo de alteração de legislação, de supressão de legislação que permite que, através de um decreto, se faça essa modificação de estruturação de contribuição da sociedade, especialmente da sociedade civil organizada com a gestão pública. Então, fica aqui essa observação e o nosso registro do pedido de diligência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta Especial e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Ver.^a Mônica Leal, que conduz com muita eficiência os trabalhos desta Casa neste dia, almejo que seja treinamento para futuras missões. Colegas Vereadores, me inscrevi para liderança porque havia me inscrito para falar a respeito do Orçamento da Casa, da Lei de Diretrizes Orçamentárias. É comum, de minha parte, participar, junto com a Ver.^a Sofia, dos debates que estão em pauta. Estou aguardando um tempo danado e a liderança tem preferência sobre os demais assuntos, e isso, Ver.^a Sofia, é um assunto que vamos ter que discutir mais amplamente, porque essa preferência absoluta à liderança nasce de um período em que o debate se restringia a dois partidos aqui na Casa, o Governo e a oposição, mas hoje temos 15 Partidos, então se não regularmos bem esse particular, vamos ter, com frequência, o desdobramento de 17 pronunciamentos – mais o Governo e oposição - se sobrepondo ao debate natural que a Casa deve construir. Falar sobre Orçamento, para mim, é ao mesmo tempo um pesadelo e uma forma de desabafar a minha inconformidade com esse emaranhado de leis que existem no País, quase que engessando as administrações, e porque não dizer, esvaziando a atividade legislativa. Já foi dito, repetidamente, e eu mesmo dessa tribuna já enfatizei, da ficção que representam os orçamentos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, apenas para exemplificar, estabelece uma série de regramentos, aos quais está submetida a sua elaboração. O art. 3º, sobre a estrutura do Orçamento, faz as seguintes considerações: “Na Lei Orçamentária de 2018, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto, atividade, operação especial, grupo de natureza, modalidade de aplicação e fonte de recursos. § 1º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são

aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações. § 2º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação são aqueles dispostos na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal n.º 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações. § 3º Por se constituir de informação gerencial e não classificação econômica, fica o Executivo autorizado a criar Modalidade de Aplicação no decurso do exercício, com a finalidade de atingir os objetivos necessários à execução orçamentária dos projetos, atividades ou operações especiais.” Ora, Sr. Presidente, em cinco minutos, no máximo, eu li e reli todas as espécies de contingenciamento – seria a expressão adequada – de que está submetido o Poder Municipal na elaboração da Peça Orçamentária, que tem que ser submetida a portarias de órgãos federais – portarias. Nossa Lei Orgânica, com todas as suas imperfeições, no meu entendimento, é maior, a nossa constituinte; entretanto, aqui, se está de acordo com a Lei Orgânica ou não, pouco prevalece, Ver.^a Mônica, porque tem que respeitar todo esse engessamento, aí acontecem uma série de situações. Eu tenho, já em exercícios anteriores, procurado estabelecer algum regramento positivo. No Brasil, hoje, apesar de tudo isso, os únicos recursos que são absolutamente garantidos que serão liberados do orçamento da União são aqueles das chamadas emendas parlamentares, onde funciona o princípio do orçamento impositivo. Não pode o Presidente da República deixar de liberar esses recursos sob pena de cometer crime de responsabilidade e ser processado por isso. Aqui em Porto Alegre, em função dessa Lei de Diretrizes que nós estamos discutindo e que vamos certamente aprovar, porque não resta outro caminho para nós, temos colocado, no § 4º do art. 3º, que fala da estrutura do orçamento, a seguinte colocação (Lê.): “As fontes de recursos de que trata o *caput* deste artigo compreendem: I – Tesouro Livre.” O que é o Tesouro Livre? São os recursos arrecadados pelo tesouro municipal, os tributos municipais que são por nós cobrados. “II – Próprios da Administração Indireta”, que são o DEMHAB, DMAE e outros órgãos existentes, especialmente o DMAE, que tem uma arrecadação garantida e excelente, através da cobrança da taxa de água e esgoto. (Lê.): “III – Tesouro – Vinculados pela Constituição – Educação/MDE.” A Educação tem recursos obrigatoriamente transferidos no Município de Porto Alegre, que necessariamente tem que aplicar em Educação. Isso é uma das razões por que eu dizia que na reforma administrativa, em vez de se juntar o

esporte, a cultura, enfim, vários órgãos de uma Secretaria de Desenvolvimento Social, nós devíamos ter vinculado, como foi no ano passado, tudo à educação, quando era a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, vi que tinha recursos assegurados. Agora o esporte, o lazer, estão submetidas a outro ordenamento, foi o que, no máximo, a Casa conseguiu colocar, como sendo um segmento da Secretaria de Desenvolvimento Social. Continua dizendo, falando sobre as fontes de recursos, que estabelece além da educação, obviamente, os recursos de transferências obrigatórias da área da Saúde, os vinculados por lei ao tesouro, a contrapartida, os Próprios da Administração Indireta – contrapartida, auxílios e convênios, operações de crédito. Agora, Ver. Cassiá, V. Exa. que é um estudioso da matéria, há mais tempo nós colocamos, coerente, inclusive, com decisões estabelecidas aqui e elencadas aqui na legislação que diz que das diretrizes, ouvidos os órgãos do Orçamento Participativo, o principal, número um é a habitação, envolvendo a casa, a regularização fundiária e movimento de toda ordem. O Ver. Adeli nos ajudou no Plano Diretor, quando nós colocamos que haveria recursos específicos gerados pela venda do solo criado. Isso o Ver. Lauro Hagemann era o grande propugnador, e nós seus discípulos que colocamos claramente que esses recursos teriam que ser utilizados na área da regularização fundiária, na área da habitação popular. Lamentavelmente não são. A própria Câmara admitiu exceções, e essas exceções têm prevalecido até agora. Então, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, com todo esse cipoal, a legislação federal engessa os Municípios, com essa liberdade que os Executivos têm de criar frentes novas e estabelecer, até com a Justiça, as prioridades como decorrência do seu comportamento político-administrativo – que não deve ser ideológico, e sim político-administrativo, ainda que permeado por posturas doutrinárias que se dirigem ora para um tipo de administração, ora para outro –, mas, mesmo com essa liberdade, não pode ser de ordem tal que os orçamentos se desmoralizem por si mesmos.

No atual orçamento, tem uma disposição, por nós proposta, muito simples. A Diretoria Legislativa nos ajudou a elaborar uma que estabelece que nenhum programa pode ter contingenciado mais do que 20% do total e que o Prefeito, para contingenciar mais do que 10% do total de orçamento ou 20% por programa, terá que ouvir a Câmara de Vereadores. Isso não é respeitado. Os recursos que nós colocamos no orçamento – a Ver.^a Sofia e a Ver.^a Fernanda colocaram vários recursos para cultura, por exemplo – não

foram entregues. Tinha um dinheirão para o carnaval, não foi utilizado. O Governo decidiu e argumentou uma emergência de que não tem recursos sequer para pagar em dia os servidores. Com isso, nós entramos nesse dilema de ver que os orçamentos, ainda que se procure dar maior perfeição, maior tranquilidade para a sua execução, para o seu exercício, acabam se transformando nessa ficção por nós já amplamente denunciada.

Então, Presidente, nesta importante Sessão Plenária que V. Exa. conduz, neste período que a Ver.^a Sofia me disse que é a “pauta de ouro” porque trata de um assunto fundamental, que é o orçamento da Cidade, nesta tarde, eu digo que eu tenho que chorar as minhas mágoas e dizer da minha tristeza de ver que, no Estado Democrático de Direito, duramente conquistado neste País e que teria que ser uma evolução do período da reorganização nacional do qual eu fui um dos partícipes, não tenha evoluído absolutamente nada e, com o propósito de regular determinados seguimentos, o que a gente produziu foram grandes engessamentos. Isso faz com que, com frequência, venham as pessoas aqui, inclusive ontem eu vi uma pessoa com um cartaz que dizia: “a poda de uma árvore não quer dizer que vá sacrificar a arma, mas que a burocracia pode sacrificar toda a sociedade”, e ela é sacrificada. A sociedade é sacrificada. E nós, com ou sem tristeza, com maior ou menor entusiasmo, passamos aqui pela tribuna falando, dizendo das nossas mágoas, da nossa inconformidade e do nosso relato a essa paradoxal situação. Nós, da Câmara de Vereadores, temos a nosso favor o fato de que a lei autoriza que nós tenhamos um lançamento que atinja até 4,5 do orçamento municipal; sempre é bem menor do que isso. E além de ser bem menor do que isso, sempre sobra recurso para nós devolvermos ao Governo do Município, porque também aqui nós deixamos de fazer uma série de coisa em função do engessamento. Um avanço que nós tivemos colocando a anualidade no exercício da Presidência da Casa, de certa forma, cria uma dificuldade que, a seis meses do final do mandato, o Presidente já fica comprometido a não iniciar novos projetos. E isso reduz, e muito, a flexibilidade na atuação parlamentar e na direção dos destinos desta Casa. Apesar de todo esse descalabro e de toda essa minha mágoa, eu acho que nós temos que continuar insistindo. Eu vejo que já tem belas emendas propostas, que correm o risco de não serem respeitadas, mas enquanto houver a possibilidade legal de se intervir, eu anúncio, inclusive, que renovarei as emendas que tenho aprovado nos outros anos, e vamos buscar trabalhar, fazendo a nossa parte e assim contribuirmos para que a cidade possa ver satisfeitos os seus apelos e para que

tenhamos, de outro lado, a tranquilidade de dizer o seguinte: se as coisas não andam melhores nesta Cidade, não tribute à omissão da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, onde, inclusive, não é proibido errar, às vezes, a gente erra, porque o erro pode ser corrigido, mas a omissão jamais pode ser suportada. Obrigado pela atenção de todos.
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RICARDO GOMES: Ver.^a Mônica Leal no exercício da presidência; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Venho a esta tribuna em razão da fala do Ver. André Carús, a quem, com muito respeito e preservando a boa relação que temos, gostaria de responder especialmente naquilo que diz respeito à sua fala quanto ao Secretário Kleber Senisse, Secretário Municipal de Segurança do Município de Porto Alegre. O Vereador perguntou onde está o Secretário? Em primeiro lugar, sabe o Vereador que o dever de manter a segurança é compartilhado entre Estado e Município e que, embora ao longo do tempo os Municípios do Brasil tenham se afastado do seu dever com o cidadão, esta Gestão tem trabalhado muito fortemente, especialmente, a integração com a Brigada Militar e com as demais forças da Polícia. Isso não foi sem efeito, Vereadores e colegas. Os números do primeiro trimestre já mostram isso, números já publicados pelo relatório da Brigada Militar. Observem que houve, em Porto Alegre, uma redução dos homicídios dolosos da ordem de 28%; os roubos a estabelecimentos comerciais caíram 25%; os casos de roubo a pedestre, 10%; e os roubos em transporte público e coletivo caíram 38%. Esses são números de alto impacto para os cidadãos de Porto Alegre. Sim, é verdade que há muito para fazer; sim, é verdade que o papel principal da Guarda Municipal é preservar a segurança dos espaços públicos, e nisso há um empenho muito claro da secretaria de garantir a segurança das escolas municipais e dos postos de saúde, e o resultado aparece também nesses números. Então apenas para dizer que aqueles que buscam o Secretário Senisse tenham certeza que ele está trabalhando, e muito. Onde está o secretário? O secretário está no trabalho, está trabalhando para entregar esses números de melhora significativa. Sim, é verdade que houve um aporte maior, que os soldados da Brigada Militar... Aliás, nós louvamos e cumprimos o

Governador Sartori. É essencial que a Capital seja bem servida pela Brigada Militar do Estado. Eu conversava a esse respeito com o anterior comandante do 9º Batalhão, que chegou a ter em Porto Alegre mais de 1.200 soldados e hoje não alcança 300 soldados para a região central: Cidade Baixa, Menino Deus, Praia de Belas e outros bairros. É fundamental que a Brigada volte a se estruturar no Estado do Rio Grande do Sul e na sua Capital para que o Município possa, sim, fazer o seu papel de integração com a Brigada e melhorar ainda mais esses números, porque ainda são insatisfatórios os índices de criminalidade em Porto Alegre.

Apenas para aproveitar, gostaria também de ressaltar que a Secretaria de Saúde conseguiu avanços fundamentais para a saúde de Porto Alegre nesses primeiros oito meses, não só a abertura de dois postos de saúde até às 22h, como prometido na campanha, com outros a caminho, mas também 30 mil consultas médicas a mais nos postos de saúde no segundo trimestre; 33 novos leitos no Hospital Vila Nova; 208 leitos no Hospital Santa Ana e a transparência tão pedida das listas de espera das consultas, exames e emergência; 11 novas ambulâncias para o SAMU; redução da fila de espera, especialmente na consultas de Dermatologia, porque foi adotado o sistema de tecnologia com o DermatoWeb. Então há avanços significativos nas áreas da saúde e de segurança no município de Porto Alegre nesta administração. E é por isso, Ver. André Carús, que, com todo o carinho, todo o respeito que eu lhe tenho, queria apenas pontuar que é um trabalho sério do Secretário Erno e do Secretário Senisse, que já está mostrando resultados para a população de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver.^a Mônica, temos, em 1ª Sessão de Pauta, um projeto que construímos coletivamente, praticamente durante todo o ano passado. Os nossos ativistas da cultura, ativistas populares, em especial, coordenadores de Pontos de

Cultura, de pontões de cultura, que são oficinas, espaços culturais da periferia da Cidade, espaços de *hip-hop*, de teatro popular, de música, de capoeira, de manifestações culturais afro, de artes plásticas, por iniciativa da comunidade, com seus artistas locais, e ganhou sistematicidade, institucionalidade na Política Nacional de Cultura Viva. É uma política que tem previsão nacional e que já tem legislação estadual, elaborada há uns quatro anos, votada, no Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se, portanto, de um projeto de lei, criando a Política Municipal de Cultura Viva, que começa hoje tramitar nesta Casa. Então, é traduzir aqui em Porto Alegre um sistema, uma rede para os pontos de cultura, com uma estruturação, uma previsão na política cultural do Município, no sistema municipal de cultura, com a presença, representação no Conselho de Cultura, com conselho próprio, comitês próprios em cada Ponto de Cultura, garantindo a participação da sociedade e um cadastro de Pontos de Cultura que a Prefeitura de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Cultura, deverá organizar, receber e abrigar. Por que isso? Porque essa cultura que é a cultura originária, que resgata as manifestações culturais dos povos originários, dos povos tradicionais, dos povos que formaram Porto Alegre e que formaram o Rio Grande do Sul, esse resgate tem a importância de dialogar com a cultura, com a linguagem popular, dialogar com a identidade popular, e, a partir daí, construir pertencimento, construir manifestações culturais novas, inovadoras, construir projetos de vida alternativos, projetos de trabalho, porque a economia da cultura é real. É a economia mais limpa que existe, produz emprego, produz fomento econômico, porque, cada evento cultural, vai envolver um iluminador, vai envolver uma equipe de som, vai envolver palco, vai envolver a comunidade, a alimentação no entorno daquilo, há a produção de figurinos, enfim, tem um circuito econômico fomentada pela economia da cultura que, em pequena escala, aparece e é fomentadora nas comunidades, através dos Pontos de Cultura. Esses Pontos de Cultura têm uma política nacional de fomento. Infelizmente, a cidade de Porto Alegre nunca aderiu à Cultura Viva, nunca fez um Termo de Adesão. E os nossos Pontos de Cultura de Porto Alegre, que são entorno de 60, muitos deles conseguiram financiamento federal, da política federal da Cultura Viva, através do convênio que o Estado do Rio Grande do Sul fez. Editais do Estado Rio Grande chegaram aos nossos pontos, ou diretamente, quando houve editais diretamente aos Pontos de Cultura, através da política da Cultura Viva do Governo Federal, começou com o Presidente Lula e, depois, com a Presidenta Dilma. Ora, muitas vezes, R\$ 10 mil, R\$ 20 mil garantem o

fomento de uma atividade cultural na periferia por seis meses e mantêm jovens, mulheres, artistas locais com uma sustentação mínima e chegando para as nossas crianças e para os nossos adolescentes.

Vereadora Mônica Leal, encerrando, eu gostaria que a nossa Casa analisasse com muito carinho esse projeto, porque é um projeto que não implica diretamente em recursos orçamentários, mas inclui a cultura popular no sistema municipal de cultura, dando visibilidade e pedindo, indicando a previsibilidade nos planejamentos da política, da cultura de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; aproveitando o tempo de Comunicações, eu queria insistir em alguns temas. Primeiro, esta Câmara está tendo uma grande responsabilidade na criação de comissões parlamentares, comissões especiais e frentes parlamentares. Ontem, sob a batuta do Ver. André Carús, foi instalada a Comissão que vai cuidar do mobiliário urbano, sendo o Ver. Pujol o seu Vice-Presidente, e eu terei o prazer de secretariar, ser o Relator desta Comissão Especial, e nós vamos tratar de um tema que, há muitos anos, deveríamos ter tratado com mais cuidado aqui na Cidade. Eu volto à questão de que a Câmara Municipal tem que ser mais ativa e propositiva sobre temas que o Executivo puxa para si, enrola e não desenrola. É o caso, por exemplo, do mobiliário urbano. Fazer uma licitação colocando todos os tópicos do mobiliário urbano em uma única licitação não pode dar certo ou os únicos que serão capazes de ganhar uma licitação desse porte serão uma e outra multinacional. Eu fiz uma pergunta dias atrás: Por que o Prefeito escolheu, na sua ida a Paris, falando no seu Twitter que tinha visitado algumas *startups*? Fui verificar e eram três grandes multinacionais no meio de algumas *start*. Não que não pudesse fazê-lo, discutir o

transporte coletivo numa grande multinacional, discutir a questão da energia, que são grandes empresas, evidentemente. Mas, estranhamente, estava lá a JCDecaux, a maior empresa internacional de mobiliário urbano, quando nós temos aqui empresas altamente capacitadas, empreendedores históricos aqui em Porto Alegre, que tratam da questão do mobiliário urbano, que se não forem contempladas, chamadas, instigadas, vão ser simples empresas, corriqueiras, normais e, talvez, no futuro, inclusive, decadentes. Coisas que nós não queremos, essas empresas podem e devem disputar.

Ai eu começo a verificar, Carús, e nós nos comprometemos de fazer uma reunião para preparar as pautas, que hoje as pessoas ficaram sabendo da instalação ontem e já começam a trazer pautas para nós, e eu esperava que a municipalidade estivesse tratando de forma mais responsável no caso das bancas de revistas: banca fecha, não sai alvará, não consegue transferir e mais um monte de coisa.

Só vou dar uma dica aqui: quantos anos faz a última vez que se mexeu com a questão das floristas? Foi na época em que fui Secretário da SMIC, depois disso, nunca mais. E estamos vendo hoje o que é a desorganização desse setor na Cidade. Nós temos que tratar desse tema, que está em boas mãos conduzido pelo Ver. André Carús.

Nós estamos também na CPI das teles, muita gente anda se perguntando e tem saído matérias nos jornais sobre essa questão das teles, da qual sou relator. E, até aqui, vou dizer para vocês que as empresas que agora começaram a ser chamadas, assim como seu sindicato, vieram aqui falar da questão nacional, do custo Brasil, dos grandes investimentos, etc. e tal, mas o nosso foco não é esse. Eu tive de trazer, ontem, Ver.^a Sofia, o Código de Defesa de Consumidor de 1990, que entrou em vigor em 1991, e mostrar que nós estamos interessados só no art. 2º desse Código, que informa quem é fornecedor e quem é consumidor. Esse é o tema, esse é o foco. E nós vamos chegar a algum bom termo, só que nós estamos cobrando o seguinte: o que têm as empresas a dizer sobre as queixas dos consumidores, sobre as contas pagas em dobro, sobre ligações que não foram feitas e cobradas, de combos que não foram contratados e são cobrados, assim por diante, e do atendimento de horas e horas num *call center*.

Não adianta aqui dizer: “A minha empresa tem tantas lojas em Porto Alegre”. Sim, tem loja para vender produto, mas para atender a queixa do cidadão não tem. Ademais, quando se começou a vender o *chip*, a carga de telefones em bancas de jornal, pasmem, eles recebiam 15% das empresas de telecomunicações, agora recebem 3%. Não tem

como sustentar. Então, esse é um tema que vou discutir com o Ver. Valter Nagelstein, que é o Presidente da CPI, e nós vamos convidar esse setor para colocar em pratos limpos essa questão.

Aqui também estamos vendo que há alguns projetos que pouco tem se falado, apesar de os taxistas estarem circulado muito pela Casa, e o projeto que vem do Executivo é péssimo, é horrível, é ruim. Nós aqui fizemos um grande debate com alguns taxistas que não compreenderam que os aplicativos vieram para ficar, mas nós piorarmos a vida através de uma lei para os taxistas? Não iremos concordar, de jeito nenhum, Ver.^a Fernanda, eu já fiz sete emendas, depois quero passar para sua bancada, que vai receber nos próximos dias, temos uma reunião de bancada, vamos discutir e vamos conversar com outros Vereadores que têm se preocupado com esse tema.

Vereadora Mônica, para concluir, vou dizer que esses três temas que levantei aqui são de grande importância, sem desconhecer outros tantos temas que nos afligem. Vamos cuidar da CPI das telecomunicações, teremos um bom desenvolvimento, e eu me comprometo, Ver. Carús, de ser um ativista junto com V. Exa., com o Pujol e os outros nove Vereadores da Comissão do Mobiliário Urbano. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Ver.^a Mônica Leal, colegas Vereadores e Vereadoras, utilizando o espaço das Comunicações, quero fazer um complemento à fala do colega Ver. Adeli Sell, que foi eleito, ontem, relator da Comissão Especial sobre Mobiliário Urbano em Porto Alegre, da qual sou Presidente, e temos como Vice-Presidente o nosso colega Ver. Reginaldo Pujol. É um tema de relevância urbanística e ambiental que se arrasta há muito tempo em Porto Alegre sem solução. E eu tenho certeza de que, em 60 ou até 90 dias de trabalho, essa Comissão Especial dará uma contribuição muito importante para a Cidade, para o Poder Executivo, revisando a legislação sobre o tema, compilando os diversos projetos de iniciativa dos Vereadores que versam sobre o mobiliário e tramitam nesta Casa, e, ao mesmo tempo também, buscando experiências externas de outras cidades, de outras metrópoles para que nós possamos buscar, nesses bons exemplos, modelos

que possam ser implementados em Porto Alegre. A regra e o conceito que pretendemos adotar, a partir dos trabalhos desta Comissão, é de que é preciso ter um mobiliário urbano integrado à paisagem urbana, sem poluição visual e que também sirva como uma prestação de serviço ao cidadão. A população tem que se sentir beneficiada, usufruindo um mobiliário urbano qualificado não só nas praças, nos parques, nos espaços públicos de um modo geral, mas no que diz respeito a todos os itens do mobiliário, que são uma infinidade e estão a olhos vistos no dia a dia da Cidade.

Quero também aqui compartilhar a informação sobre a Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe, que a Ver.^a Fernanda também nos acompanha. Nós vamos ter duas reuniões na próxima semana. Tivemos alguns problemas de agenda que acabam sendo atropelados pela Semana Farroupilha ou por outros compromissos, mas temos duas reuniões, uma na segunda-feira, dia 18, às 18h, no DCE da UFRGS, numa discussão sobre o projeto que prevê a restrição do meio passe estudantil em Porto Alegre, com os estudantes da UFRGS; e a outra será no dia 19, na terça-feira, às 19h, com os estudantes da Fadergs, na rua Riachuelo, aqui no Centro Histórico, sobre uma outra perspectiva, pois são estudantes do ensino privado. E temos já previsto para o final do mês de setembro uma plenária da Frente junto ao Congresso da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas, a UGES e também da UMESPA. Então temos três reuniões marcadas que vão ocorrer durante o mês de setembro, porque, como foi colocado aqui por nós, quando da proposta de criação dessa Frente, nós queremos estabelecer um diálogo com a sociedade. Entendemos que a restrição ao meio passe estudantil, como está contida no projeto, é um cerceamento do acesso à educação para a juventude que já pena com o desemprego, com a falta de oportunidades e com as dificuldades que são impostas pela crise econômica que estamos vivendo. Não sabemos qual foi o critério utilizado pelo Poder Executivo ao estabelecer que apenas os estudantes, sejam eles do Ensino Médio ou do Ensino Superior que comprovarem renda familiar de até três salários mínimos teriam direito a utilizar o meio passe. Este critério nem mesmo a exposição de motivos do projeto esclarece. Então, eu acredito que os trabalhos desenvolvidos pela Frente em Defesa do Meio Passe serão de grande importância para que o Poder Legislativo possa ouvir a sociedade e também possa transmitir ao Poder Executivo o sentimento, não apenas daqueles que estão sendo de certa maneira prejudicados com este projeto, mas também ouvir os sentimentos daqueles que são usuários cotidianos do transporte público

e conhecem os problemas, conhecem os acertos. E, como disse aqui numa manifestação anterior, na Pauta Especial, nenhum desses projetos relacionados com transporte público vão repercutir na redução do valor que hoje é cobrado pela passagem. O próprio Governo admite que apenas vão minimizar os efeitos dos futuros reajustes, e isso nós temos que...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. ANDRÉ CARÚS: Exatamente. Tem esta dificuldade – não é, Ver. Bosco? –, na comunicação.

Por fim, quero falar que amanhã, numa iniciativa do Ver. Valter Nagelstein, que foi subscrita por todos nós, colegas da bancada de Vereadores do PMDB, nós vamos lançar, às 14h30min, a Frente Parlamentar da Inovação Tecnológica, que é um tema com que esta Casa deve, sim, se ocupar e, sem dúvida alguma, as entidades envolvidas com ele, assim como a comunidade, de modo geral, vamos fazer dessa Frente um trabalho que vai trazer bons frutos para a nossa Cidade, até porque a inovação tecnológica é uma porta de entrada para a modernidade e para que a nossa Cidade seja uma cidade inteligente, uma cidade sustentável e uma cidade para as pessoas. Tenho certeza de que vamos desenvolver um importante trabalho a partir dessa Frente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Quero saudar a colega Mônica Leal, que comanda os trabalhos, a nossa futura Presidente, se Deus quiser.

Eu quero falar hoje em Comunicações sobre Porto Alegre. Concomitantemente ao início da Sessão, foi instalada a Comissão Especial para tratar dos projetos referentes ao funcionalismo na Casa.

Hoje, às 19h, teremos audiência pública sobre o IPTU, e, noutro dia, teremos audiência pública para discutir o transporte público de Porto Alegre. Eu tenho uma impressão, nítida, que após passarmos essas questões aqui na Casa, o Governo Marchezan começará a

administração em 2018. Vamos vencer essas etapas, Ver. João Bosco, essa Casa tem autonomia, cada voto aqui tem uma responsabilidade, uma convicção, uma coerência, é assim que se diz, e este parlamento, este plenário é soberano, conseqüentemente cada um vai votar de acordo com a sua consciência. Por que eu falo isso? Porque é natural que um governo comece a administrar com o seu orçamento, e o governo do Marchezan começa com o seu orçamento em 2018. Agora, ele está fazendo aquele charminho, fazendo coisa aqui, melhoria ali. E é com razão que o meu colega Ver. Ricardo disse, que são dois os Secretários que estão dando certo, o da Saúde e o da Segurança. Eles têm um planejamento, têm um processo já mais adiantado, buscando, e com muita criatividade, parcerias. Foi o que aconteceu ali no hospital, meu vizinho, o Hospital Espírita, que fez uma parceria com o Hospital Mãe de Deus e com a Prefeitura, esse é um sinal claro de que sem parceria não se vai longe. Mas independentemente de ganhar ou não ganhar, até porque aqui nesta Casa eu já pensei que estivesse ganhando e perdi, aqui eu votei contra o aumento para um teto de R\$ 30 mil para poucas categorias e eu achei que estava votando com o governo, que o governo entendia que R\$ 30 mil era demais, e, quando eu vi, eu passei a ser oposição, achando que estava votando a favor do governo, diminuindo, ou não deixando aumentar o salário para o teto de R\$ 30 mil do Estado. Foi uma dicotomia impressionante. Mas, com as minhas convicções, entendi que não havia necessidade, devido à crise financeira do Município, de dar um teto de R\$ 30 mil para poucas categorias, e uma delas disse que ia recuperar a Prefeitura de Porto Alegre. Qual foi a primeira atitude? Foi esse planejamento de aumento de IPTU que vai atingir a maioria da população, principalmente a classe média, que já paga imposto demais neste País. Nesse meio tempo eu fiz duas perguntas ao Executivo, a primeira foi: “Quantos imóveis tem Porto Alegre?” - até agora não recebi, vai fazer aniversário - e a outra foi: “Quais as ações, além dos projetos que estão aqui na Casa, para recuperar a Prefeitura?” Também não tive resposta. Aí fica fácil, manda o projeto e nós temos de aprovar. Então, eu acredito e tenho convicção, por mais que, às vezes, eu seja crítico, mas aqui nós votamos, por exemplo, o Plano da Procempa que diminui os salários, porque alguns ganhavam muito realmente lá. Aqui nós votamos o empréstimo para terminar com essas obras da Copa do Mundo que estão paradas. São 120 milhões, se não me engano, 45 para a quitação de dívidas e 75 para a conclusão das obras. Quer dizer, nós estamos votando com o Governo. Votamos o Refis, bem lembrado Ver. João

Bosco. Quer dizer, a Casa tem feito a sua parte, mas ela não pode dizer amém a tudo, senão não tem porque nós estarmos aqui. Não tem porque representar a sociedade se não fizermos emendas, não corrigir, não ponderar ou até votar contra, porque muitas vezes, ao votar contra, a Cidade sai ganhando. E nós somos representantes da Cidade, não somos representante do Prefeito, nós não somos representantes só de um partido político, somos representantes da Cidade, do cidadão. É ele que nos elege e é ele que constitui os partidos políticos. Então, quero dizer que nos temos de terminar com essas questões neste ano, para que se comece 2018... O próprio Ramiro Rosário veio aqui e tem nos informado que tem mais de 8 mil demandas atrasadas na Cidade. Imagina! E eu citei aqui várias, eu tenho mais de 30 pedidos para várias Secretarias, e não acontece nada. Tapar um buraco, um esgoto correndo a céu aberto. A EPTC não tem tinta para pintar as faixas! Mas será que a Prefeitura não tem? A EPTC, que multa todo mundo a toda hora, não tem tinta para pintar um cordão de passagem de pedestres. Pelo amor de Deus, isso é se fazer de morto, é criar o caos em algumas secretarias e em alguns órgãos para, depois, arrecadar. Eu torço e sei que vai dar certo o Governo Marchezan, mas está fazendo errado, está fazendo o caos, depois pode demorar para recuperar esse caos. Para concluir, Presidente, essas audiências públicas, essas comissões especiais serão muito importantes para que a gente tenha uma noção exata daquilo que cada um de nós, com a sua consciência, sem conluio, sem conchavo, possa votar com a sua consciência e convicção de que está votando por Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar a Ver.^a Mônica Leal, que preside os trabalhos. Nós também estamos participando desta comissão especial que o Ver. Cassiá Carpes se referiu. Infelizmente, o Ver. Cassiá Carpes não é integrante da comissão, será outro representante, acho que o Ver. João Carlos Nedel esteve lá, assim como o Ver. Roberto Robaina que não é da comissão também esteve junto conosco, Ver. João Bosco, Ver.^a Sofia Cavedon e outros Vereadores

que compõem a Comissão Especial. Nós temos a convicção de que primeiro é necessário que haja – e houve um consenso na reunião – compromisso do Governo de não votar os projetos antes da discussão, da realização do trabalho da Comissão Especial. Para nós, do PSOL, para mim, para o Ver. Roberto Robaina e Alex Fraga, e tenho certeza de que os Vereadores da oposição também, Ver. Adeli, mais do que isso, convencer que este pacote é um desmonte não só dos direitos do servidor público como também do próprio serviço público enquanto serviço público. E mexer no regime de trabalho significa menos trabalho prestado à população, menos prevenção, menos professores em sala de aula, menos servidores da saúde atendendo à população, que já falta, aliás, falta muito técnico em enfermagem, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras na rede. Menos regime significa também a possibilidade de dar ano a ano um instrumento de coerção, que é fazer com que o servidor público não possa discordar do gestor. Quantas vezes nós todos já vimos servidores alertando os malfeitos nas secretarias, sindicâncias importantíssimas de nossos servidores de carreira alertando malfeitos e casos graves de corrupção. É preciso ter independência e é preciso ter um compromisso com o Município, e isso, obviamente, à medida que o gestor tem a caneta e pode alterar os regimes de trabalho, se perde. Um elemento de chantagem, de coerção, de desmonte, de fato, da carreira e dos direitos dos trabalhadores. Mais do que isso, o Prefeito sequer tem recebido a representação da categoria, nós estamos vivendo um momento de ausência de negociação completa no município de Porto Alegre. Nós vamos trabalhar nessa Comissão, primeiro, ouvindo o conjunto dos representantes. Tivemos representantes do Simpa, do Aiamu, da associação dos procuradores, do Sindicâmara, do Centro de Estudos do HPS, do Simers, do sindicato dos enfermeiros, do conjunto desse fórum dos servidores. Evidente que nós queremos ouvir os servidores sobre cada um dos projetos, mas nós temos opinião muito clara que coaduna com o foi votado na assembléia do sindicato dos municipais sobre a retirada dos PLs, pois eles não podem ser aprovados, e o ideal, evidentemente, seria que eles não estivessem sobre a Câmara. Sabe porque, Ver. Cassiá? Porque as saídas para Porto Alegre são outras, muito necessárias a serem feitas. O Refis, por exemplo, foi aprovado, vocês estavam falando, mas nós defendemos a cobrança da dívida ativa, nós defendemos o aumento do IPTU para os vazios urbanos, como o senhor perguntou, a questão dos devedores e a questão das outras medidas do governo. Nós sabemos que tem 40 mil imóveis abandonados em Porto Alegre. É obvio

que tem que ter sobretaxação sobre esses imóveis. Nós defendemos o corte de CCs, defendemos a redução de verba de publicidade, nós defendemos medidas que possam trazer mais recursos, mas que, ao mesmo tempo garantam direitos. Porque a agenda do Marchezan, além de ser contra o funcionalismo e o serviço público, é uma agenda recessiva. É uma agenda que é uma verdadeira bola de neve, só piora a situação da economia municipal. Convenhamos, cá entre nós, além da questão dos salários e do absurdo que é não pagar salários, parcelar, enfim, fazer chantagem e ameaça sistemática com aquilo que é sagrado, porque os servidores trabalharam. Vocês imaginam o impacto na economia municipal, são 24 mil servidores que não conseguem garantir a subsistência básica, que não conseguem, enfim, lidar com a vida concreta. Impacto sobre a vida dessas famílias e impacto na economia municipal. É uma bola de neve, ou mesmo, os trabalhadores e a classe média, eu já disse, nós somos a favor de taxar os ricos e os especuladores. Agora, tarifaço na classe trabalhadora ou na classe média, como é o projeto do IPTU, só vai gerar mais crise, e, ao mesmo tempo, sobrecarregar uma população que está sofrendo com a penúria da crise econômica. Só que o argumento para resolver o problema da crise econômica... Esses governos têm imposto uma agenda recessiva que só aumenta e faz com que a crise fique maior. Nós precisamos derrotar de conjunto esses projetos e trabalharemos com afinco na Comissão com este intuito.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu quero seguir, então, em nome da liderança do PT, falando desse tema dos ataques ao funcionalismo e da contradição da Prefeitura na cidade de Porto Alegre. Vocês lembram do grande anúncio, Ver. Adeli, no início do ano, da redução de CCs que o Prefeito Municipal ia fazer. O primeiro grande anúncio, na verdade, é que ele não faria mais indicação de apadrinhamentos políticos, criou o famoso Banco de Talentos e, através de uma seleção técnica, ele iria acabar com essa farra na Prefeitura de indicações políticas e ia, então, nomear técnicos que tinham qualificação para tal. Ora! Um dos que foram nomeados foi levado preso esses dias, do DMLU, não falo o nome das pessoas, sempre prezo, era CC, foi demitido e foi admitido novamente pelo Banco de

Talentos; acabou sendo denunciado, está respondendo na Justiça – foi levado preso, não sei se ainda continua preso. Nós já desmascaramos, depois não precisou desmascarmos, ele mesmo nomeou os voluntários do Banco, o coordenador do Banco de Talentos, os voluntários do Banco de Talentos, todos nomeados em CCs na sequência. Aí abandonou mesmo a fachada, aí resolveu abandonar a fachada de republicanismo que estava tentando vender, porque ficou feio demais.

Pasmem, senhoras e senhores, agora pedi para me atualizarem – obrigada, Luis – sobre os CCs. Último número, Ver. Adeli Sell; número de CCs do Governo Marchezan, que anunciava que diminuiria e reduziria as Secretarias – o Ver. Bosco pediu isso, aliás, o Ver. Carús fez uma emenda na reestruturação –; na Administração centralizada, no mês de julho, 685 CCs; no DMAE, 66 CCs, Ver.^a Fernanda; no DMLU, 10 CCs; no DEMHAB, 48 CCs; na FASC, 42 CCs; no Previmpa, 5 CCs; na Carris, 30 CCs – a Carris, conforme a fala que eu fiz aqui, na LDO, está muito mal de gestão; na EPTC, 43 CCs; no IMESF, 3 CCs, totalizando 931 cargos comissionados no Governo Marchezan. Está no mesmo número do Fortunati, muito perto dos Governos anteriores. Está aqui mais uma máscara que cai do Prefeito Marchezan, que diz que veio para enxugar, que ia diminuir o número de CCs. São quase mil CCs! Ele recompôs, e nós sabemos o que significa essa recomposição. Claro que aqui eu não vou fazer denúncias sem estarem comprovadas.

E, mais, eu quero deixar muito claro que nós já dissemos que modelo que está aqui, mas eu quero só identificar as autorias e identidades. Não sei, Ver. Adeli, se você se deu conta de que a Procuradora-Geral do Município de Porto Alegre, a Dra. Eunice Nequete – e as denúncias que os procuradores fazem são de que os projetos todos não são discutidos pela área técnica, pelos procuradores de cada área, são feitos pela Procuradora-Geral e por uma equipe de assessoria – era Procuradora-Geral do Governo Britto, Governo que fez o acordo da Lei Kandir, que quebrou o Estado, deixou o Estado do jeito que está. A Procuradora-Geral é mesma Procuradora do Governo Britto! E o Secretário de Planejamento, o Secretário Parode, era Secretário de Planejamento do Governo Yeda.

Então nós sabemos, nós conhecemos – está claro e nítido! – o modelo que está na cidade de Porto Alegre. É o modelo que vem sendo trazido, que está sendo importado das gestões desastrosas, privatizadoras e desmontadoras do serviço público do Estado do Rio Grande do Sul, que está vivendo o que está vivendo – desmonte, PDV. São as mesmas pessoas trazendo um modo de pensar o serviço público que foi desastroso para

o Estado do Rio Grande do Sul, seja na dívida, seja nas privatizações do Britto, no modelo Yeda, que foi, depois, reprovado – não se reelegeu por causa do modelo. Estão aqui em Porto Alegre! São quase mil cargos comissionados, mais uma máscara que cai do Governo Marchezan. Nós vamos cobrar, sim! Está aqui o Vereador que é da base cobrando, imagina a oposição. Só numa página de um jornal da cidade de hoje mostra os motoristas e os moradores pintando os buracos nas ruas, pintam, fazem uma pintura ao redor para não causar maiores problemas. Tivemos 21 ônibus incendiados em Porto Alegre nos últimos cinco anos, a guerra do tráfico tomando conta da nossa Cidade. Cadê a cobrança do prefeito Marchezan com a segurança da Cidade. Ontem, uma professora, emocionada, dizia que chegou na escola para dar aula, havia um ônibus queimado na frente, aqui na Cruzeiro, na porta da escola, foi o cenário que ela encontrou.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu não sou o Corregedor da Prefeitura e nem sou o crítico da crítica, mas depois de ouvir as manifestações aqui, eu vou começar pela manifestação da Ver.^a Sofia. Vereadora Sofia, os CCs não são os problemas de uma administração. Todos os partidos têm CCs, a diferença é que os outros prefeitos não prometeram que iam cortar os CCs. E o Prefeito Marchezan anunciou que cortaria pela metade para resolver os problemas da Prefeitura. Como se sabe, mesmo tirando todos os CCs, ele não vai resolver os problemas da Prefeita.

O Ver. Cassiá falou que tem mais de 14, 15 pedidos de providências que não foram atendidos. Eu vou confessar aqui que eu fui bastante ingênuo. Quando veio esse pacote para cá, do transporte coletivo, eu disse: “Como penalizar o estudante, se a educação é investimento? Como penalizar a pessoa com deficiência, diminuindo o número de passagem?” Aí eu mandei uma sugestão ao Prefeito Marchezan - em vez de fazer um projeto indicativo, que eu sou contra, porque não resolve nada -, eu mandei uma sugestão para ele, um ofício protocolado no gabinete dele dizendo o seguinte: “Olha, Sr. Prefeito, eu poderia fazer um projeto indicativo, mas como projeto indicativo não resolve nada, o

senhor cumpre se quer, eu mando a seguinte sugestão...” E mandei para ele dizendo que ele não precisaria fazer esse pacote do transporte, já que ele tinha anunciado que mesmo com esse pacote a passagem não baixaria e que ele não podia garantir que a passagem não iria subir, eu falei sobre aquela propaganda que há atrás dos ônibus e lotações, lembrei que o dinheiro gerado por essa propaganda paga o plano de saúde médico e odontológico dos motoristas e cobradores. Então, eu sugeri, no ofício: “Quem sabe o senhor mexe no decreto do ex-Prefeito Tarso Genro, que fez esse decreto, e autoriza, assim como em Londres, Nova Iorque, que os ônibus possam ter publicidade ou plotagem nas suas laterais e seu no interior, com isso, crie um fundo que ajude a baratear a passagem. Pelo menos vamos discutir isso.” Mais de dois meses e não recebi resposta até agora, nem um muito obrigado. É por isso que eu digo que fui ingênuo, porque eu mandei protocolar lá. E eu fico muito indignado, não porque a gente não pode viver de expectativa, porque as pessoas sempre quebram isso. As pessoas só ouvem o que querem ouvir, as pessoas só falam o que elas querem falar, agora, eu não vou dizer também que seja falta de respeito, eu não quero atacar o Prefeito porque ele não está aqui, mas é uma falta de consideração o senhor Prefeito dizer, em todas as solenidades, que não precisa dos Vereadores, que não precisa da Câmara! É uma falta de respeito do senhor Prefeito dizer que os Vereadores são medrosos e covardes. Eu não aceito isso; esse linguajar. Isso não é um diálogo! Todos os prefeitos podem não depender da câmara, eles podem fazer decreto, mas os prefeitos do PT vinham aqui para conversar, o Prefeito Fogaça conversava conosco, o Prefeito Fortunati conversava conosco, agora dizer que nós somos covardes, que somos medrosos porque não aprovamos as coisas que o Prefeito quer? Como disse aqui o Ver. Cassiá, que é da base, nem tudo nós podemos aprovar. Agora, como vou aprovar um projeto aqui para tirar a dedicação exclusiva dos funcionários públicos que já fizeram concurso para isso? O cidadão ganha R\$ 10.000,00 há 20 anos, paga creche, paga faculdade, paga os remédios da mãe, aí nós votamos aqui, bom agora terminou a dedicação exclusiva, é o Prefeito que vai dizer quem pode ter, e o salário baixa para R\$ 5.000,00. Quem sabe ele manda um projeto, um substitutivo valendo daqui para frente? Vamos discutir isso. Quem fizer concurso agora já sabe, vai ser assim. É óbvio que nós podemos negociar aqui, os funcionários públicos podem abrir mão dessa licença prêmio de três meses, o triênio pode passar para quinquênio porque é 5%, algumas coisas. Agora, mexer nas gratificações que as pessoas

já ganham, na dedicação exclusiva que as pessoas já ganham? Não contem com meu voto para isso. Mas gostaria muito que o Sr. Prefeito viesse conversar conosco, que o Sr. Prefeito nos convidasse para ir lá, não só os independentes, a oposição também, porque a oposição, que é crítica, é dura, mas deve ter alguma ideia que possa ser aproveitada pelo Sr. Prefeito. Nós não podemos aqui falar só na política partidária, a prioridade nesta Casa política tem que ser as políticas públicas. É por isso que me dei bem como Secretário. Graças a Deus! Nunca misturei política. Políticas públicas em primeiro lugar. Quando as eleições vinham, cada um com o seu candidato, e cada um se respeitava. Aproveito para pedir verificação de quórum. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h48min.)